

-----**ACTA N.º 3/2011**-----

-----Aos 29 dias do mês de Junho de 2011, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Ana Isabel Lucas Cabral Janelas, estando presentes os seguintes membros: -----

-----José Albano Pereira Marques;-----

-----António Agostinho Lucas da Silva;-----

-----Armando Jorge Gonçalves Almeida Neves;-----

-----Carla Manuela Rodrigues Duarte Cruz;-----

-----Diana Patrícia Duarte Seco;-----

-----Albino Freire Bárbara;-----

-----Luís Carlos Fernandes Santos;-----

-----António Júlio da Silva Veiga Simão;-----

-----Henrique Gonçalves de Albuquerque Alves;-----

-----Isabel Cristina Lopes Andrade;-----

-----Frederico Manuel Martins Sena;-----

-----António José Achando da Fonseca;-----

-----Ana Isabel Lopes Correia;-----

-----Horácio Monteiro Antunes;-----

-----Nuno Miguel Rodrigues Nascimento;-----

-----Carlos Abel Gonçalves da Silva Patrocínio, Presidente da Junta de Freguesia de Açores;-----

-----Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia de Baraçal;-----

-----Joaquim Pires Diogo, Presidente da Junta de Freguesia de Cadafaz;-

-----Davide Lopes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Carrapichana;-----

-----Júlio Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas de Soeiro;----

-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Cortiçô da Serra;-----

-----José Jorge da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Fornotelheiro; -----
-----Joaquim Fernando Costa Monteiro, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----
-----Fernando Cardoso Gonçalves, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Linhares da Beira, em substituição do Senhor Paulo Sérgio da Silva Mimoso; -----
-----Daniel Cadete Antunes, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão;-----
-----João da Silva Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Mesquitela; -----
-----José Francisco Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----
-----Porfírio Miguel da Fonseca Galante, Presidente da Junta de Freguesia de Prados; -----
-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Rapa; -----
-----Natália Batista Nobre, Presidente da Junta de Freguesia de Ratoeira; -----
-----Sandra Cristina Correia Venâncio de Abreu, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria; -----
-----José Rocha Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro;-----
-----Alexandrino Manuel Pereira Ferreira da Silva e Faria, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares;-----
-----Carlos José Osório Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Velosa;-----
-----António Manuel Morgado Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Vide-Entre-Vinhas; -----
-----César Ferrinho de Olival, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Mondego. -----

-----Faltaram a esta sessão os seguintes membros: -----
-----António Manuel dos Reis Álvaro;-----
-----Vera Lúcia Proença Henriques;-----
-----Milena Sandra Tavares Esteves;-----
-----António Rego Rodrigues Veloso;-----
-----Diogo Afonso de Belfort Cerqueira Pereira Henriques;-----
-----Júlio dos Santos Ambrósio;-----
-----Patrícia Cristina Figueiredo Parente;-----
-----Luís Filipe da Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia de Salgueirais. -----

-----Em virtude do primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Deputado António Manuel dos Reis Álvaro ter faltado a esta sessão, foi convidado a desempenhar essas funções o Senhor Deputado António Agostinho Lucas da Silva. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia, secretariada pelos Senhores Deputados, Horácio Monteiro Antunes e António Agostinho Lucas da Silva, na qualidade de primeiro e segundo secretários respectivamente, declarou aberta a sessão.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município.-----

-----A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** informou que tinha sido entregue à mesa, pelo Executivo Municipal, um voto de pesar pelo falecimento da D. Luisette Margarida Purificação Augusto Santos, funcionária da autarquia, que passou a ler e se transcreve: -----

-----“No passado dia 27 de Junho (segunda-feira), o Município de Celorico da Beira, perdeu uma das suas colaboradoras vítima de doença prolongada, da qual veio a sucumbir. -----

-----A D. Luisette Margarida Purificação Augusto Santos, pessoa afável, prestável, de “energia vulcânica” e de um sorriso contagiante, não conseguiu resistir a esta fatalidade. -----

-----O Executivo e todos os funcionários que tiveram a honra de conhecê-la ficam agora privados de continuar a conviver com um ser humano de carácter inigualável. -----

-----Fica o silêncio da voz e do sorriso que nunca mais poderemos ouvir e do espírito de amizade e de camaradagem que sempre apregoou. -----

-----Face ao exposto, proponho que a Assembleia Municipal de Celorico da Beira, reunida no dia 29 de Junho de 2011, aprove um voto de pesar pelo falecimento e enderece à família a solidariedade colectiva de todos os elementos que fazem parte desta família que constitui este Município de Celorico da Beira”. -----

-----De seguida fez uso da palavra o Senhor **Deputado Nuno Nascimento** para apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Felisberto Fernandes Gonçalves, que passou a leu e se transcreve: -----

-----“No passado dia 8 de Maio faleceu Felisberto Fernandes Gonçalves. -

-----Provavelmente pelo nome, só alguns sabem de quem falo. -----

-----Mas todos os que aqui estão, bem como todos os Celoricenses recordam de certeza o Cabo Felisberto. Homem de poucas palavras, mas assertivas e autoritárias. Tantos foram os anos que por aqui passou, que deixou marcas nos Celoricenses. -----

-----Profissionalmente, foram mais de trinta anos ao serviço da Guarda Nacional Republicana no posto de Celorico da Beira, onde o Cabo Felisberto comandou o posto e serviu com BRIO e PROFISSIONALISMO a nossa população. -----

-----Avô, Marido e pai dedicado. Do seu casamento com Dona Josefa, nasceram dois filhos: Conceição Gonçalves residente em Celorico onde constituiu família e reside actualmente com os dois filhos e Manuel Gonçalves casado com dois filhos, mais conhecido, por uns como Manel de Linhares, por outros como Manel de Celorico, mas que com tanto orgulho tem levado o bom nome de Linhares da Beira e Celorico da Beira, bem alto. Tendo sido durante um mandato Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira e outro Presidente da Mesa da Assembleia de Linhares da Beira, bem como nosso colega deputado nesta mesma assembleia. -----

-----Como tal, proponho que a Assembleia Municipal de Celorico da Beira, hoje aqui reunida, aprove um voto de pesar pelo seu falecimento e enderece à família a solidariedade de todos os deputados desta assembleia”.-----

-----Referiu que na Comissão Permanente ficou acordado que os votos de pesar apresentados pelo falecimento do Senhor Felisberto Fernandes Gonçalves e da D. Luisette Margarida Purificação Augusto Santos eram subscritos por todos os Deputados Municipais.-----

-----A Senhora **Deputada Diana Seco** começou por referir que uma vez que a autarquia é parceira no CLDS, pretendia saber se está previsto no contrato, a apresentação do relatório de contas à Câmara Municipal ou, se só prevê a apresentação do relatório de actividades.-----

-----A Senhora **Deputada Isabel Andrade** começou por questionar o Executivo sobre o plano de reequilíbrio financeiro que tem vindo a ser renunciado nesta assembleia e que foi anunciado em nota anexa ao orçamento, mas que até à data ainda não foi dado a conhecer aos membros desta assembleia. Pretendeu ainda saber neste âmbito quais são as medidas que o Executivo pretende tomar.-----

-----Referiu-se ainda ao evento “1.º Encontro Internacional de Vinhos”, que decorreu em Celorico da Beira, sobre o qual a bancada do PSD-CDS já

tinha felicitado o Executivo. Contudo, pretendia ser esclarecida sobre o subsídio que a autarquia atribuiu à Região de Turismo da Serra da Estrela para organização do evento que, somado ao valor pago a outras empresas privadas para prestação de serviços de consultoria e organização totaliza 70.000€. Disse que, segundo a informação que detinha, o evento em termos de organização foi assumido pelo empresa Vinhos.pt. Assim sendo, pretendia uma explicação para o facto de a autarquia ter despendido o montante supra referido. -----

-----O Senhor **Deputado Henrique Alves** disse que pretendia saber o porquê de as piscinas municipais continuarem encerradas. Referiu que por diversas vezes questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o assunto e que foram sempre dadas explicações diferentes, mas o facto é que em seis anos de mandato as piscinas estiveram em funcionamento, no máximo um ano e meio. -----

-----Frisou que todos sabem que este tipo de equipamento tem custos de manutenção altíssimos e a questão prende-se com o que o Executivo pretende fazer, se passa pelo seu encerramento e equacionar o reaproveitamento do espaço para um pavilhão multiuso, ou se pretende manter a sua função. Caso seja esta última a intenção, referiu que a autarquia deveria optar por um plano de cobertura, para evitar a perda de calor, para além de outras soluções, em termos de aquecimento mais adequadas à sua optimização. -----

-----O Senhor **Deputado António Achando** começou por agradecer ao Executivo o envio de um ofício onde são esclarecidas as questões que colocou na sessão da Assembleia (25/02/2011) sobre o saneamento das Urbanizações da Tapada da Cruz, do Escorial e Rua 25 de Abril. Disse que segundo as AdZC as fossas sépticas ainda não drenam para a ETAR e encontram-se em execução os projectos necessários, prevendo-se a sua conclusão para Julho de 2011. Informam ainda, que o lançamento para a

adjudicação das respectivas empreitadas depende da cabimentação das verbas necessárias, tanto a nível das AdZC, como a nível governamental. --

-----Referiu que, do exposto pela empresa AdZC conclui-se que os munícipes em causa vão continuar a pagar uma taxa por uma prestação de serviço que não usufruem. -----

-----Relativamente às obras é da opinião que caso os trabalhos não sejam concluídos nas datas apresentadas, o Executivo deveria envidar todos os esforços junto das AdZC de forma a isentar os munícipes do pagamento destas taxas. -----

-----Pretendeu ainda saber qual a finalidade das vistorias que estão a ser realizadas por parte dos serviços de água e saneamento da Câmara Municipal. -----

-----De seguida e fazendo referência à visita ao equipamento da biblioteca municipal, começou por dizer que este se encontrava nas instalações da LEVIRA, em Oiã. Disse ainda, que tanto ele, como os Vereadores da Oposição deslocaram-se em transporte próprio. No entanto, dois funcionários e a Senhora Presidente da Assembleia Municipal foram transportados num carro da autarquia. Acrescentou que, não esteve presente, nenhum representante do Executivo. -----

-----Disse ainda que lamenta que haja desigualdade no tratamento entre os Vereadores. Referiu que por uma questão de respeito institucional deveria ter sido mencionado no ofício que enviaram a informar, a data e hora da visita, a opção de os Senhores Vereadores poderem usar o transporte da autarquia. -----

-----Relativamente ao equipamento, questionou o Senhor Presidente sobre a urgência na sua aquisição, uma vez que a obra está parada e segundo informação prestada pelo Senhor Presidente ficará parada até à conclusão das obras na Escola Sacadura Cabral. -----

-----Disse que segundo informação do responsável da empresa o material está facturado, com um limite de pagamento de trinta dias, mas até à data a autarquia apenas pagou 5000€. Disse ainda que o material está

inventariado, mas não está identificado como sendo da autarquia de Celorico da Beira. Informou que no acto da visita, solicitou que alguém fosse responsável pela elaboração de um documento que identificasse aquele material como sendo da autarquia, proposta que não foi aceite por nenhum dos responsáveis presente, quer por parte da empresa, quer da autarquia. -----

-----Por último, disse que a Senhora Presidente da Assembleia se tinha comprometido a enviar o inventário do equipamento e até à data ainda não tinham recebido nada. -----

-----A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a LEVIRA é fiel depositária do equipamento, sendo responsável pelo mesmo. Disse ainda que os códigos do equipamento estão de acordo com as facturas, não existindo qualquer tipo de suspeição relativamente à empresa ou à autarquia.-----

-----Relativamente ao inventário informou que já tinha solicitado ao Executivo que disponibiliza-se o documento para análise dos Senhores Vereadores e do Senhor Deputado. -----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** começou por dizer que verifica que nesta sessão onde se irá discutir um assunto tão importante para a autarquia (consolidação de contas), não está presente o Vereador do Pelouro Financeiro. Pretendeu saber se o Senhor Vereador se encontra em representação oficial do município, impedindo-o de estar presente. Ressalva que se houver alguma explicação plausível para a sua ausência, retira o que disse anteriormente. -----

-----O Senhor **Deputado Veiga Simão** disse que por diversas vezes tinha solicitado a presença da empresa responsável pela revisão do PDM nesta assembleia, para darem conhecimento do trabalho que têm vindo a desenvolver. Disse ainda que a maioria dos documentos que fazem parte

do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Celorico da Beira, deveriam ter sido feitos no início da revisão do PDM, caso contrário a autarquia está a pagar duas vezes a cartografia. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** em resposta à Senhora Deputada Diana Seco referiu que relativamente ao CLDS, a Associação tem órgãos próprios para discutir estes assuntos e onde podem solicitar toda a documentação que entendam consultar. -----

-----Informou que a entidade gestora do CLDS está em Lisboa, que acompanha todo o processo. Quanto ao relatório de contas ser presente à reunião da Assembleia referiu uma vez mais que a Associação é uma IPSS com total independência, não tendo qualquer obrigatoriedade perante este órgão. -----

-----Por último referiu que o Contrato Local de Desenvolvimento Social de Celorico da Beira foi assinado com a Associação Desportiva, Cultural e Melhoramentos de Casas de Soeiro, a Câmara Municipal e a Segurança Social, sendo na altura Director da Segurança Social da Guarda o Dr. Pires Veiga. -----

-----Relativamente ao ponto de situação do reequilíbrio financeiro, informou que houve uma abertura de um procedimento para este fim, e, assim que a empresa tiver elaborado o plano, este será apresentado numa reunião do Executivo em primeiro lugar e, posteriormente à Assembleia Municipal, para que todos possam apresentar os seus contributos de forma a culminar num documento capaz de dar resposta às necessidades da autarquia e do Concelho. -----

-----No que concerne às questões relativas ao Encontro de Vinhos, referiu que em reunião do Executivo foi entregue um *briefing* aos Senhores Vereadores, de forma a terem uma noção dos gastos e das actividades que foram desenvolvidas. Disse que assim que o relatório final do evento esteja concluído dará conhecimento do mesmo aos Senhores Deputados. -----

-----Em resposta ao Senhor Deputado Henrique Alves, começou por agradecer as soluções que apresentou e referiu que as iria estudar e analisar pormenorizadamente. Frisou que vários acontecimentos têm vindo a inviabilizar a reabertura das piscinas municipais, motivos que já foram exaustivamente explicados em reuniões, quer do Executivo, quer da Assembleia e que são do conhecimento de todos. Neste momento disse que o Executivo está aguardar a avaliação dos técnicos da seguradora para avaliarem os danos verificados na caldeira, que faz o aquecimento da água das piscinas. -----

-----Relativamente à questão dos esgotos referiu que a ETAR está construída, falta construir uma estação elevatória que conduza o saneamento para a ETAR. A empresa AdZC abriu concurso para a execução da EE e quando estiver concluída o problema fica resolvido. -----

-----Referiu que de facto os munícipes desses aglomerados pagam taxa de saneamento e a autarquia já endereçou várias queixas à empresa AdZC, mas a resposta tem sido sempre a mesma, ou seja estão a equacionar a conclusão da infra-estrutura para o fim de 2011, caso existam verbas para o efeito. -----

-----No que diz respeito às obras da biblioteca municipal, disse que este assunto também já tinha sido falado por várias vezes nas reuniões de Câmara e Assembleia, e de facto, a obra está parada por opção do Executivo, uma vez que foi detectado que não existiam naquele arruamento infra-estruturas básicas, bem como o facto de estar projectado o início das obras da escola EB2,3 Sacadura Cabral que poderão causar danos na infra-estrutura. -----

-----Disse que a biblioteca tem sido objecto de sucessivos actos de vandalismo. E, não tem as condições necessárias para acondicionar o material, facto que levou o Executivo a solicitar à empresa LEVIRA para ser fiel depositário deste. -----

-----Em resposta ao Senhor Deputado Armando Neves, informou que o Senhor Vereador do Pelouro Financeiro, Dr. António Silva, está ausente por

motivos de ordem pessoal e que a explicação dos assuntos do Pelouro será feita pelo Técnico Dr. José Tavares.-----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** disse que assim sendo e tal como disse no início da sua intervenção retira o comentário que fez sobre a ausência do Senhor Vereador. -----

-----Por último, o **Senhor Presidente da Câmara**, relativamente ao PDM disse que não tem nada contra que a empresa responsável pela revisão do PDM do concelho esteja presente numa reunião da assembleia, para esclarecer os Senhores Deputados. -----

-----O Senhor Deputado **José Albano** começou por felicitar o PSD pela vitória alcançada nas eleições legislativas e espera que, num tempo tão difícil, que este seja o governo que o país precisa para ultrapassar todas as vicissitudes.-----

-----De seguida disse que gostaria de ser esclarecido sobre algumas instituições do Concelho, nomeadamente como é que estão a funcionar a Fundação de Celorico da Beira e a ADCC, que são parceiras da Câmara Municipal, se também apresentam as contas para aprovação e análise.-----

-----Questionou ainda se a Creche “O Moinho” tem algum litígio com a Câmara Municipal, porque é do seu conhecimento que a Câmara terá sido alvo de uma acção judicial que a obriga a pagar 300 mil euros por um equipamento, que na sua maior parte não aparece e o que apareceu está em péssimas condições.-----

-----Questionou ainda se todas as Associações e Instituições que a Câmara Municipal apoia apresentam relatório de contas e se as mesmas são certificadas. -----

-----De seguida fez uma breve explanação sobre o que são os Contratos de Locais de Desenvolvimento Social, com especial enfoque para o do

Concelho de Celorico da Beira. Frisando que todos os CLDS são fiscalizados de 3 em 3 meses pela Segurança Social.-----

-----Referiu alguns dos projectos do CLDS, designadamente a realização do Dia da Criança, Dia do Idoso, dos Avós, Colónia Balnear, Encontro de Gerações. Iniciativas que antes eram suportadas, financeira e logisticamente pela autarquia e que desde a sua criação tem sido da responsabilidade da Associação de Casas de Soeiro, através deste contrato. -----

-----A Senhora **Deputada Isabel Andrade** disse que a questão que colocou foi objectiva e só pretendia saber se o relatório de contas da Associação de Casas de Soeiro relativa ao CLDS teria que vir ou não à Assembleia, uma vez que a Câmara Municipal é parceira neste processo. Agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Senhor Deputado José Albano.-----

-----Relativamente ao plano do reequilíbrio financeiro, frisou que este é um assunto que diz respeito a todos, por ser uma questão de crucial importância para todo o concelho. Referiu que aquando da aprovação do orçamento foi declarado pelo Senhor Presidente da Câmara a necessidade de a autarquia de entrar em reequilíbrio financeiro, mas até à data nada foi feito. A questão é para quando estão a equacionar a apresentação desse plano e uma vez que está a ser feita por uma empresa, pretendeu também saber se é essa empresa que vai traçar as linhas orientadoras desse documento, ou o Executivo.-----

-----O Senhor **Deputado Nuno Nascimento** começou por agradecer as palavras do Senhor Deputado José Albano relativamente à vitória do PSD nas últimas eleições legislativas. -----

-----De seguida esclareceu que, relativamente ao CLDS, o PSD não tem nada contra as pessoas que trabalham ou trabalharam neste projecto. -----

-----O Senhor **Deputado Luís Carlos**, ainda sobre o CLDS, disse que foram mencionados nomes de profissionais no *email*, que já não têm qualquer vínculo com a Associação. Disse ainda que era Tesoureiro da referida Associação e não admitia que colocassem em causa as contas da Associação.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** começou por dizer que o CLDS tem promovido parcerias com a Câmara Municipal, designadamente em eventos como o Encontro de Gerações, a Colónia de Férias, entre outros, que libertam a autarquia de despesa. Frisou que as parcerias são importantes quer sejam com esta associação ou com qualquer outra do concelho.-----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** apresentou um voto de protesto à mesa, por considerar que este assunto já foi mais do que debatido e não compete a este órgão pronunciar-se sobre o mesmo.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** em uso da palavra frisou que os membros da Assembleia Municipal deveriam estar mais atentos, em casos como o da Fundação de Celorico da Beira, ADCC, onde houve transferências de verbas da Câmara Municipal e nunca existiu por parte destas qualquer apresentação de contas.-----

-----Referiu que existe um processo referente à Escola Profissional Beira Serra, que este Executivo passados 11 anos terá que pagar 240 mil euros, de material que foi retirado e que desapareceu. Frisou que são estes assuntos que deviam preocupar todos os Celoricenses.-----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** começou por dizer que os assuntos devem ser tratados em casa própria e esse assunto é do foro judicial, como tal da exclusiva competência dos Tribunais.-----

-----Disse que há assuntos que não têm que ser justificados neste órgão, porque não dizem respeito nem é da sua competência pronunciar-se sobre eles. -----

-----Relativamente à acção judicial contra a Câmara Municipal disse que é uma situação grave, mas os responsáveis pela gestão do município têm de deixar de olhar para o passado, porque muitas das pessoas que hoje estão aqui sentadas fizeram parte desse passado e quando aprovaram esses assuntos fizeram-no na perspectiva de que tudo estava bem, de que não existia qualquer ilegalidade, tal como acontece hoje em dia. -----

-----Por último, questionou qual era a empresa que estava a elaborar o plano de reequilíbrio. Relativamente ao assunto é da opinião que este plano deveria ser elaborado pelos técnicos do Município, com a colaboração dos membros desta Assembleia, Executivo e pessoas do sector civil, porque ninguém melhor que estas pessoas conhecem a realidade da autarquia e do Município. -----

-----A Senhora **Presidente da Assembleia** depois de terem sido aceites por unanimidade os votos de pesar, deu cumprimento a um minuto de silêncio, por parte de todos os presentes, em memória da D. Luisette Margarida Purificação Augusto Santos. De seguida igual manifestação foi feita em memória do Senhor Felisberto Fernandes Gonçalves. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1 - APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29/04/2011**-----

-----Foi presente a acta n.º 2, referente à sessão ordinária do dia 29/4/2011, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação. -----

-----Dispensada a sua leitura e depois de feitas as devidas correcções, foi a mesma aprovada por maioria, com duas abstenções.

-----A Senhora **Deputada Isabel Andrade** requereu certidão da acta da sessão do dia 29/4/2011. -----

-----**2 - RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----**FALTAS JUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE 29/04/2011** ---

-----Após apreciar os pedidos e tendo os mesmos sido apresentados nos prazos estabelecidos, a Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Senhores Deputados: -----

-----António Agostinho Lucas da Silva;-----

-----Patricia Cristina Figueiredo Parente;-----

-----António Júlio da Silva Veiga Simão.-----

-----**FALTAS INJUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE 29/04/2011**

-----Diogo Afonso de Belfort Cerqueira Pereira Henriques;-----

-----Milena Sandra Tavares Esteves.-----

-----**EXPEDIENTE**-----

-----A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, cuja listagem se anexa (**anexo I**), que se encontra na secção de actas, para quem pretenda consultar.-----

-----**3 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do art.º 53.º, da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da actividade do Executivo, desde a última sessão

ordinária até à presente, documento que se anexa à presente acta (**anexo II**). -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** fez uma breve explicação das principais obras, actividades e eventos e perguntou se os Senhores Deputados tinham alguma questão a colocar sobre a informação escrita. ----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** começou por dizer que o Senhor Presidente deverá alterar a forma como é apresentada a informação escrita, porque apresenta quase sempre as mesmas actividades, devendo ser elaborada conforme o espaço de tempo a que se reporta e só deve conter as actividades relevantes. -----

-----**4 - PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente para conhecimento o Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Celorico da Beira. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que foi publicado no dia 9 de Dezembro de 2010, a Resolução n.º 32/2010 da Comissão Municipal de Protecção Civil a qual aprova o Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Celorico da Beira, conforme foi deliberado na sua reunião plenária do dia 20/10/2010. -----

-----Informou ainda que a Comissão deliberou ainda que o plano seja revisto no máximo no prazo de 1 ano após a sua entrada em vigor (9/12/2011).-----

-----**5 - 1.ª REVISÃO DO ORÇAMENTO DE 2011**-----

-----Foi presente para aprovação a 1.ª revisão ao orçamento do ano de 2011, que se prende com a necessidade urgente de se alterar os momentos e a duração do projecto “Parque Industrial da A25”, no Plano Plurianual de Investimento (PPI). -----

-----Tendo em conta a data da contratualização da empreitada e o prazo para execução dos trabalhos, a obra irá ser prolongada até 2013, pelo que tanto o “Mais Centro – Programa Operacional Regional do Centro”, como o Tribunal de Conta, exigem que haja dotação orçamental para 2013 prevista no PPI, visto que actualmente só existe dotação até 2012. Os valores do projecto foram ajustados de acordo com as exigências da candidatura e de acordo com a execução financeira para a obra, havendo uma alteração do valor global previsto de 865 800€ para 900 000€. -----

-----Tendo em conta que a maior parte da despesa já não será realizada em 2011, mas sim em 2012, implica que haverá uma redução no orçamento das despesas de capital em 2011, no montante de 501 579,87€, o que de acordo com os princípios de equilíbrio orçamental implica também uma redução nas receitas de capital no mesmo valor. -----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** começou por dizer que o fundamental é terem consciência que provavelmente aquele modelo de parque industrial, que há uns anos tinha sentido, agora poderá não o ter, deu como exemplo a Guarda com a PLIE.-----

-----Disse que este investimento é importante, mas face à actual conjuntura, tem dúvidas que possa ser executado. O Executivo terá que estabelecer prioridades e na sua opinião deveriam passar pelo apoio ao pequeno comércio, comprando mas também pagando a tempo e horas para que possam ter sustentabilidade e não sejam obrigados a encerrar, estas e outras políticas de apoio às empresas locais deveria ser uma das preocupações do Executivo. -----

-----Disse que tem muitas dúvidas que este Executivo consiga construir os Centros Educativos, frisou que essa oportunidade foi perdida, desperdiçaram dois anos a reformular a carta educativa que já estava aprovada e pronta a ser executada. Disse que na melhor das hipóteses a Escola EB2,3 Sacadura Cabral será recuperada, mas o investimento em matéria de educação fica por aí.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que este Executivo tudo fará para levar o projecto do parque industrial avante, considera que esta infraestrutura faz falta ao concelho e atendendo à sua localização estratégica será muito procurado para fixação de empresas, contribuindo para o seu desenvolvimento. -----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a 1.ª revisão ao orçamento do ano de 2011.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**6 - CONTAS CONSOLIDADAS 2010**-----

-----Foi presente para apreciação, as contas consolidadas do ano de 2010 do Município de Celorico da Beira. -----

-----Fez a apresentação das contas o Técnico Superior José Tavares.-----

-----De acordo com as instruções do SATAPOCAL o ano de 2010 deve ser considerado o “ano zero” da consolidação para o subsector das autarquias locais. De salientar que também de acordo com as instruções do SATAPOCAL, deveria ser elaborado e aprovado pelo órgão executivo até ao fim do mês de Maio, um manual de consolidação onde constasse as normas, princípios e procedimentos a seguir pelas entidades que integram o perímetro de consolidação. No entanto, atendendo ao facto de o prazo para a sua execução, não permitir uma correcta elaboração e divulgação, será elaborado assim que possível e aprovado posteriormente pelo órgão executivo. -----

-----O grupo municipal integra apenas mais uma entidade de natureza empresarial em que o capital é detido a 100% pelo Município. Em termos de relação entre as duas entidades, para além da participação social, o Município transfere anualmente para a EMCEL um subsídio à exploração e a EMCEL factura ao Município diversos bens e serviços prestados na área da restauração, turismo, jardinagem e na área da educação. -----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** agradeceu a disponibilidade do Dr. José Tavares. De seguida e relativamente à certificação legal de contas disse que existe uma incongruência na análise desta questão porque se é o Executivo que aprova, fazia todo o sentido que a certificação legal de contas fosse presente a esse órgão e não à Assembleia que somente aprecia esses documentos. Afirmou que quer o relatório do ROC, quer a certificação legal de contas estão cheios de contradições. Frisou ainda que o ROC, no seu relatório apresenta várias reservas, no entanto salvaguarda sempre o seu trabalho. Disse que o ROC deveria ser informado que política é o Executivo e a Assembleia Municipal que faz e não ele, a ele compete-lhe fazer o seu trabalho.-----

-----Relativamente à EMCEL disse que o Senhor Vereador António Silva mencionou muitas vezes que a EMCEL tem saldo positivo, mas se lhe for retirado cerca de 200 mil euros de serviços prestados à autarquia, a mesma apresenta prejuízo. Frisou que com a mudança de regras, que o actual governo pretende introduzir, a EMCEL pode correr o risco de fechar.-----

-----Disse que defende a empresa e os profissionais idóneos que lá trabalham, mas considera que a gestão seguida não está no melhor caminho para defender a sua continuidade. Pensa que o Executivo e o Conselho de Administração terão que reflectir, analisar e traçar prioridades, senão poderá assistir-se ao seu encerramento e consequentemente ao despedimento de recursos humanos.-----

-----A Senhora **Deputada Isabel** disse que mais uma vez esta consolidação de contas não cumpriu a Lei das Finanças Locais.-----

-----O Senhor **Deputado Nuno Nascimento** leu o relatório do ROC e apontou várias incongruências constantes no documento. Disse que as contas são objecto de várias reservas por parte do Revisor, que devem ser

corrigidas e no fundo acabam por dar razão ao que foi dito pela bancada do PSD/PP na última sessão da Assembleia Municipal. -----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** começou por dizer que é deputado desta Assembleia há 10 anos e assume todo o passado, aquilo que votou e aprovou e também o que não aprovou. -----

-----Disse que amanhã iria ser apresentado na Assembleia da República o programa do governo e espera que o actual governo não venha ainda a acumular mais “lixo debaixo do tapete”. ----- .

-----Referiu que este Concelho está na iminência de perder infra-estruturas essenciais, citando, o Tribunal, o Centro de Saúde, entre outros. -

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** questionou o Senhor Presidente sobre o que pretende fazer relativamente à EMCEL. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que é importante manter a Empresa porque é um pólo de dinamização do Concelho. Disse ainda que o programa do governo irá introduzir alterações de contextualização relativas às empresas municipais, que terão que ser tidas em conta. Mas este Executivo irá lutar pela continuidade desta empresa e dos seus funcionários e se tiver que encerrar por imposições externas, os trabalhadores deverão ser informados atempadamente para que possam organizar a sua vida. -----

-----Relativamente ao relatório do ROC disse que o Executivo podia pedir uma explicação. No entanto, disse que devem confiar no seu trabalho, porque de certeza que está elaborado tendo como base os princípios deontológicos e éticos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. -----

-----De seguida o Senhor **Deputado António Achando da Fonseca** apresentou a seguinte declaração:-----

-----“A apresentação e discussão das contas consolidadas de 2010, norma que se inicia formalmente este ano (considerado o ano zero), é

infelizmente a prova dos nove da falência, falta de rigor, responsabilidade e competência do executivo de Celorico da Beira. -----

-----Infelizmente, o que temos vindo a alertar desde o início deste mandato é agora evidente. O relatório de contas apresentado na última assembleia municipal, tornou claro o descontrolo e falta de mecanismos de controlo da gestão municipal. A não operacionalização e articulação dos incentivos disponíveis na lei, o incumprimento no pagamento a fornecedores (sobretudo do concelho), a falta de avaliação do retorno aos investimentos efectuados em feiras e actividades de promoção do concelho e dos seus recursos endógenos, levou a que a situação seja de completa falência financeira e política.-----

-----As contas consolidadas agora apresentadas reflectem relativamente à EMCEL a triste realidade de dependência excessiva do Município, com claros objectivos eleitoralistas e de promoção pessoal. Os resultados obtidos nos últimos anos pela EMCEL traduzem essa dependência e a política seguida por esta Administração, põe em causa a sua sustentabilidade, ficando desde já o alerta para o facto desta atitude irresponsável poder vir a colocar em risco os postos de trabalho dos seus funcionários.-----

-----Vejamos:-----

-----1 – Verifica-se em 2010 um prejuízo consolidado (resultado negativo) de 1.804.000 euros;-----

-----2 – As dívidas consolidadas (passivo exigível global) no final de 2010 somavam 24.338.000 euros, respeitando 22.590.000 euros a dívidas da CMCB e os remanescentes 1.748.000 euros à EMCEL;-----

-----3 - Os financiamentos obtidos (empréstimos bancários) totalizam 12.759.000 euros, tendo no ano de 2010 sido suportados encargos financeiros (juros) na ordem dos 900.000 euros;-----

-----4 – Os custos (despesas) com pessoal consolidados atingiram o montante *record* de 5.393.000 euros;-----

-----5 – O contínuo aumento das dívidas a terceiros tem correspondência exclusiva no aumento das despesas correntes, concretamente dos custos com o Pessoal; -----

-----6 – O volume de proveitos e ganhos da EMCEL cifra-se no montante de 1.149.677 euros, dos quais 884.843,88 euros (77%) são provenientes da CMCB, pelo que a EMCEL apenas obteve rendimentos no montante de 265.000 euros. Mais se verifica que em termos de salários e ordenados com o Pessoal, a EMCEL suportou cerca de 587.000 euros repartidos por 42 funcionários, o que dá uma média mensal de cerca de 1.000 euros por funcionário. Em termos médios mensais a EMCEL gasta com salários cerca de 49.000 euros, para um volume de proveitos de 22.000 euros; -----

-----7 - A certificação legal das contas consolidadas do Município não foi disponibilizada, sendo um documento legalmente exigido e imprescindível na análise das contas, pelo que a sua falta coloca em causa a legalidade e conformidade das contas em análise; -----

-----8 – Desta forma e face ao exposto, constata-se uma total falta de rigor, capacidade e competência na gestão da autarquia, que recentemente foi comprovada com a não homologação das contas de 2009 pelo Tribunal de Contas, o que previsivelmente acontecerá às contas de 2010. -----

-----Assim sendo, face ao exposto a bancada do MAJUSP e da coligação PSD-CDS, apresentam o seu voto contra, chamando mais uma vez a atenção para a gravidade dos aspectos focados e a possível responsabilização dos membros desta Assembleia Municipal relativamente às deliberações aqui aprovadas. -----

-----Celorico da Beira, 29 de Junho de 2011 -----

-----Pela bancada do MAJUSP e da Coligação PSD-CDS-----

-----António Fonseca” . -----

-----**A Assembleia Municipal aprovou por maioria, com nove votos contra e três abstenções, as contas consolidadas do ano de 2010, do Município de Celorico da Beira.** -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”. -----

-----Usou da palavra o munícipe Jonatas Rodrigues que em nome da CAATT agradeceu os apoios atribuídos pela autarquia. -----

-----De seguida usou da palavra o munícipe Miguel Espírito Santo que também agradeceu a boa vontade da autarquia em colaborar na realização dos eventos realizados pelo CAATT e reforçou a ideia de que Celorico precisa deste tipo de eventos, incitando a participação e o esforço de todos os Celoricenses em torno deste e de outros projectos que têm como fim dinamizar o concelho.-----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, uma hora e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----